

ATENDIMENTO A ALUNOS COM ALTAS HABILIDADES E SUPERDOTAÇÃO: PROPOSTA DE POLÍTICA PARA REDES MUNICIPAIS DE ENSINO

Gleíza Guerra de Assis Braga- Prefeitura de Maracanaú.

gleizaguerra@yahoo.com.br

Antonio Nilson Gomes Moreira-UECE-

antonionilson2005@gmail.com

Kamile Lima de Freitas Camurça- Prefeitura de
Maracanaú. kamilecamurca@gmail.com

Arlete Moura de Oliveira Cabral-UECE-
arlete_didi@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

No contexto escolar, encontramos estudantes que possuem desempenhos acima da média, em diferentes aspectos, isolados ou combinados, o que os caracteriza como detentor de altas habilidades ou superdotação (AH/S).

Os motivos que justificam a necessidade de uma atenção diferenciada a esses alunos são diversos. Vão do disposto em documentais legais (Lei nº 9.394/96, Lei nº 13.005/2014, Lei nº 13.234/2015 e planos nacional, estaduais ou municipais de educação, os quais delegam ao Estado à garantia do atendimento educacional especializado), ao fato desse público ser considerado importante recurso, responsável pelas contribuições mais significativas ao desenvolvimento de uma civilização (STERNBERG; DAVIDSON, 1986).

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), existe no Brasil cerca de 8 milhões de indivíduos com níveis de capacidade cognitiva acima da média, sugerindo que entre 1% e 3% da população do país seja constituída por pessoas superdotadas.

Somente a implantação de política educacional direcionada às pessoas com AH/S, com o desenvolvimento de ações sistemáticas e permanentes, garante o exercício pleno dos direitos e da cidadania das mesmas.

O presente trabalho tem como objetivo discutir uma proposta de política de atendimento às pessoas com AH/S no âmbito das redes municipais de ensino. Para tanto, adotou-se uma metodologia de pesquisa bibliográfica, considerando a perspectiva das Inteligências Múltiplas de Howard Gardner (1985) e a concepção de Superdotação apresentada por Joseph Renzulli (1986).

2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS

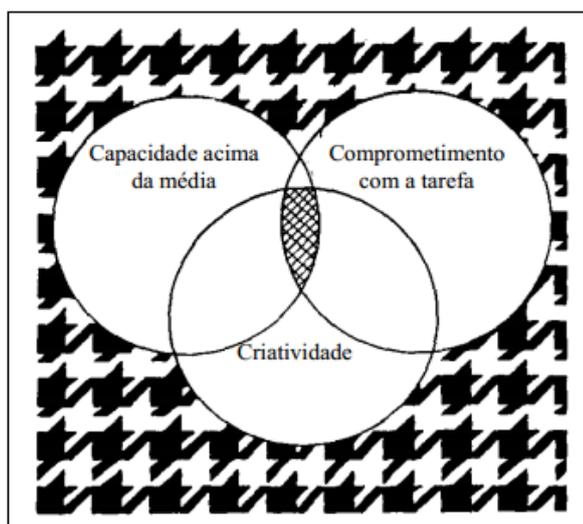
Segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEE), alunos com altas habilidades e superdotação (AH/S) “apresentam notável desempenho e elevada potencialidade em qualquer dos seguintes aspectos, isolados ou combinados” (BRASIL, 1994, p. 17).

A Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação (MEC), desde 2005, vem desenvolvendo uma política de atenção às altas habilidades/superdotação, através da implantação de núcleos de AH/S (NAAHS). O atendimento ali desenvolvido centra-se na perspectiva das Inteligências Múltiplas, desenvolvidas por Howard Gardner (1985) e considerando a concepção de Superdotação apresentada por Joseph Renzulli (1986).

O conceito de inteligência era tradicionalmente definido pelos testes de psicometria (testes de Q.I), os quais não suportaram descrever a grande variedade de habilidades cognitivas humanas. Em contraponto, a teoria das inteligências múltiplas, defendida por Gardner (1985) buscou explicar a cognição humana. Para tanto, o teórico mapeou as primeiras sete inteligências: lógico-matemática, linguística, cinestésica-corporal, musical, espacial, interpessoal e intrapessoal. Posteriormente, com as ressonâncias do estudo e do recebimento dos órgãos de fomento norte-americanos, foram incorporadas mais duas inteligências: a naturalista e a existencialista.

Além da Teoria das inteligências múltiplas, outra fundamentação básica que sustenta a proposta de política para alunos com AH/S é a defendida por Joseph Renzulli (1986), o qual define superdotação como comportamentos que refletem uma interação entre três grupamentos básicos de traços humanos: capacidade geral e/ou específica acima da média; elevados níveis de comprometimento com a tarefa e elevados níveis de criatividade.

Figura 1 - Representação gráfica da Superdotação



Fonte: Renzulli (1986, p.8).

O autor destaca que a teoria dos três anéis exprime um entendimento de que “[...] os comportamentos de superdotação são manifestações do desempenho humano que podem ser desenvolvidos em certas pessoas, em determinados momentos e sob determinadas circunstâncias” (p. 20).

3 ETAPAS PARA IMPLEMENTAÇÃO

A proposta de política de atendimento às pessoas com AH/S em redes municipais, consiste na identificação desses estudantes e a potencialização de suas habilidades, devendo percorrer as seguintes etapas:

1- Planejamento da política: Composição de comissão que planejará e implementará as etapas seguintes da política.

2- Sensibilização dos profissionais envolvidos: consiste em momentos formativos com gestores escolares, professores das turmas regulares e das salas de atendimento educacional especializado. Além dessa sensibilização para todos os envolvidos, os professores das salas de AEE (Atendimento Educacional Especializado) devem receber formação específica, a fim de subsidiarem os professores de salas regulares no processo de identificação de estudantes com AH/S.

3- Identificação dos alunos com AH/S nas escolas da rede municipal de ensino: Centra-se na observação direta das habilidades do aluno pelo professor, em sala

de aula, com base em instrumental elaborado pela rede de ensino, o qual aponte a características que sugiram algum tipo de inteligência específica.

Os professores das salas regulares em parceria com os professores das salas de AEE registrarão eventos vivenciados durante todo o ano letivo. Ao término de cada ano, os registros feitos, juntamente com o instrumental preenchido e deverão subsidiar na identificação da hipótese de AH/S e sua respectiva área de domínio. Em seguida, os estudantes serão acompanhados por equipe multidisciplinar que, a partir de uma nova observação e aplicação de testes e avaliações poderão referendar a hipótese realizada pelos professores das salas regulares e das salas de AEE.

4- Encaminhamentos: uma vez identificados os estudantes com AH/S e suas respectivas áreas de domínio, a escola poderá através de seus vários projetos, inserir estes alunos, visando o desenvolvimento de suas potencialidades, e ainda, dependendo da faixa etária encaminhá-los a atividades realizados por diversos órgãos ou entidades do município, atuando estas no âmbito cultural, desportivo, dentre outros. Através da gestão da escola, será feita essa articulação com outras instituições, assim como, planejada a utilização e desenvolvimento desses talentos nas atividades da escola.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudos sobre AH/S (FLEITH; VIRGOLIM, 1999; MAIA-PINTO; FLEITH, 2002; VIRGOLIM, 1997) apontam para a necessidade de aumentar os serviços direcionados a esta população.

A identificação desses alunos deve se basear na utilização de várias fontes de coleta de dados, no conhecimento das características específicas desse aluno, além de informações subsidiadas pela família.

Uma vez traçados os perfis dos alunos com AH/S, diversas ações poderão ser realizadas, dentro e fora da escola, com o intuito de desenvolver os talentos e habilidades desses alunos e, de fato, atender essa parcela integrante da educação especial que carece de ações específicas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de Junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, 25 jun. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm Acesso em: 28 jul. 2018.

BRASIL. Lei nº 13.234, de 29 de dezembro de 2015. Dispõe sobre a identificação, o cadastramento e o atendimento, na educação básica e na educação superior, de alunos com altas habilidades ou superdotação. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, 25 jun. 2014. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2015/lei-13234-29-dezembro-2015-782192-publicacaooriginal-149105-pl.html>. Acesso em: 28 jul. 2018.

GARDNER, H. **Frames of mind**. New York, Basic Books Inc., 1985.

MAIA-PINTO, R.R.; FLEITH, D.S. Percepção de professores sobre alunos superdotados. **Estudos em Psicologia**, Campinas, v. 19, n. 1, p. 78-90, 2002.

RENZULLI, J.S. The Three-Ring Conception of Giftedness: A Developmental Model for Creative Productivity. Em R.J. Sternberg & J.B. Davidson (Eds). **Conceptions of Giftedness**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

STERNBERG, R. J; DAVIDSON, J. B. **Conceptions of Giftedness**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

VIRGOLIM, A. M. R. O indivíduo superdotado: História, concepção e identificação. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 13, n. 01, p. 173-183, 1997.

WINNER, E. **Crianças superdotadas: Mitos e realidades**. (Tradução: S. Costa). Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.